

## Alerta Legislação nº 13, de 23 a 28 mar. 2026

### Boletim semanal

Biblioteca Jurídica - Casa Civil do Estado de São Paulo

Visite nosso endereço na Internet e conheça outros produtos da Biblioteca:

<http://www.bibliotecajuridica.sp.gov.br>

## DESTAQUES

### Governo Federal

#### **LEI Nº 15.360, DE 25 DE MARÇO DE 2026**

Altera a [Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996](#) (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre condições mínimas das escolas públicas de educação básica.

#### **LEI Nº 15.358, DE 24 DE MARÇO DE 2026**

Institui o Marco Legal do Combate ao Crime Organizado no Brasil (Lei Raul Jungmann); tipifica os crimes de domínio social estruturado e de favorecimento ao domínio social estruturado; e altera (...)

#### **LEI Nº 15.357, DE 20 DE MARÇO DE 2026**

Altera a [Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973](#), que dispõe sobre o Controle Sanitário do Comércio de Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Correlatos, e dá outras Providências, para dispor sobre a comercialização de medicamentos em farmácia ou drogaria instalada na área de venda de supermercados.

## LEGISLAÇÃO FEDERAL

D. O. U.	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
27/03/2026 (Ed. extra)	<b><u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.347, DE 27 DE MARÇO DE 2026</u></b> Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, no valor de R\$ 285.000.000,00, para o fim que especifica.  <b><u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.346, DE 27 DE MARÇO DE 2026</u></b> Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar e de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 20.429.000,00, para os fins que especifica.
27/03/2026	<b><u>LEI Nº 15.364, DE 26 DE MARÇO DE 2026</u></b>

	<p>Altera a <a href="#">Lei nº 13.636, de 20 de março de 2018</a>, e a <a href="#">Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999</a>, para aprimorar e fomentar o microcrédito e as microfinanças.</p> <p><b><u>LEI Nº 15.363, DE 26 DE MARÇO DE 2026</u></b> Altera o art. 45-A da <a href="#">Lei nº 8.212</a> e o art. 96 da <a href="#">Lei nº 8.213</a>, ambas de 24 de julho de 1991, para dispensar do pagamento de multa para contagem recíproca de tempo de serviço o segurado que tenha exercido atividade dispensada do registro previdenciário obrigatório.</p>
<b>26/03/2026</b>	<p><b><u>LEI Nº 15.360, DE 25 DE MARÇO DE 2026</u></b> Altera a <a href="#">Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996</a> (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre condições mínimas das escolas públicas de educação básica.</p>
<b>25/03/2026</b>	<p><b><u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.345, DE 24 DE MARÇO DE 2026</u></b> Altera a <a href="#">Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999</a>, e a <a href="#">Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012</a>, para fortalecer e modernizar o sistema brasileiro de apoio oficial ao crédito à exportação.</p> <p><b><u>LEI Nº 15.359, DE 24 DE MARÇO DE 2026</u></b> Estabelece o sistema brasileiro de apoio oficial ao crédito à exportação e altera a <a href="#">Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012</a>, a <a href="#">Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999</a>, e a <a href="#">Lei nº 10.184, de 12 de fevereiro de 2001</a>.</p> <p><b><u>LEI Nº 15.358, DE 24 DE MARÇO DE 2026</u></b> Institui o Marco Legal do Combate ao Crime Organizado no Brasil (Lei Raul Jungmann); tipifica os crimes de domínio social estruturado e de favorecimento ao domínio social estruturado; e altera (...)</p> <p><b><u>DECRETO Nº 12.889, DE 24 DE MARÇO DE 2026</u></b> Regulamenta a <a href="#">Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002</a>, que cria o Fundo Garantia-Safra e institui o Benefício Garantia-Safra.</p>
<b>23/03/2026</b>	<p><b><u>LEI Nº 15.357, DE 20 DE MARÇO DE 2026</u></b> Altera a <a href="#">Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973</a>, que dispõe sobre o Controle Sanitário do Comércio de Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Correlatos, e dá outras Providências, para dispor sobre a comercialização de medicamentos em farmácia ou drogaria instalada na área de venda de supermercados.</p>
<b>Atos do Congresso Nacional (CN)</b>	<p><b><u>ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 16, DE 2026</u></b> O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da <a href="#">Constituição Federal</a>, com a redação dada pela <a href="#">Emenda Constitucional nº 32, de 2001</a>, a <a href="#">Medida Provisória nº 1.330, de 18 de dezembro de 2025</a>, publicada no Diário Oficial da União no dia 19, do mesmo mês e ano, que</p>

	<p>"Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, no valor de R\$ 60.460.000,00, para os fins que especifica", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.  Brasília, 20 de março de 2026  <b>Senador DAVI ALCOLUMBRE</b>  Presidente da Mesa do Congresso Nacional</p> <p><b><u>ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 15, DE 2026</u></b>  O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da <a href="#">Constituição Federal</a>, com a redação dada pela <a href="#">Emenda Constitucional nº 32, de 2001</a>, a <a href="#">Medida Provisória nº 1.329, de 18 de dezembro de 2025</a>, publicada no Diário Oficial da União no dia 19, do mesmo mês e ano, que "Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, no valor de R\$ 59.356.642,00, para os fins que especifica", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.  Brasília, 20 de março de 2026  <b>Senador DAVI ALCOLUMBRE</b>  Presidente da Mesa do Congresso Nacional</p> <p><b><u>ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 14, DE 2026</u></b>  O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da <a href="#">Constituição Federal</a>, com a redação dada pela <a href="#">Emenda Constitucional nº 32, de 2001</a>, a <a href="#">Medida Provisória nº 1.328, de 16 de dezembro de 2025</a>, publicada, em Edição extra, no Diário Oficial da União no mesmo dia, mês e ano, que "Autoriza a destinação de recursos para disponibilizar linhas de financiamento reembolsável a pessoas físicas e jurídicas de direito privado para aquisição de caminhões novos ou seminovos, para renovação de frota, e altera a <a href="#">Medida Provisória nº 1.314, de 5 de setembro de 2025</a>", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.  Brasília, 20 de março de 2026  <b>Senador DAVI ALCOLUMBRE</b>  Presidente da Mesa do Congresso Nacional</p>
<p><b>Atos do Senado Federal (SF)</b></p>	<p><b><u>RESOLUÇÃO Nº 2, DE 2026</u></b>  Institui a Frente Parlamentar pela Paz Mundial.</p>
<p><b>MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO</b></p>	<p><b>MARGINÁLIA FEDERAL</b></p>
<p><b>Presidência da República (PR)</b></p>	<p><b>CASA CIVIL (CCPR)</b>  → Comitê Interministerial Sobre Mudança do Clima e o Crescimento Verde  <b><u>RESOLUÇÃO CIM/CC/PR Nº 9, DE 23 DE MARÇO DE 2026</u></b>  Aprova o Plano Clima Adaptação e Mitigação e autoriza a submissão do Plano Clima Adaptação à Convenção Quadro das Nações Unidas</p>

	<p>sobre Mudança do Clima como Plano Nacional de Adaptação do Brasil (PNA).</p>
<p><b>Ministério da Agricultura e Pecuária</b></p>	<p><b>GABINETE DO MINISTRO (GM)</b>  <b><u>PORTARIA INTERMINISTERIAL MAPA/MMA/MPA Nº 41, DE 23 DE MARÇO DE 2026</u></b>  Institui o Regulamento Técnico para a Obtenção de Produtos Oriundos do Extrativismo Sustentável Orgânico.</p> <p><b><u>PORTARIA INTERMINISTERIAL MAPA/MF/MPO/MDA Nº 38, DE 5 DE MARÇO DE 2026</u></b>  Estabelece os parâmetros para a concessão de subvenção econômica, na forma de equalização de preços, para o arroz em casca, da safra 2025/2026.</p> <p><b><u>PORTARIA MAPA Nº 897, DE 25 DE MARÇO DE 2026</u></b>  Estabelece as diretrizes e os procedimentos para implementação do Projeto MAPA Sustentável, focado na transição da frota oficial para veículos de matriz energética renovável.</p> <p><b><u>PORTARIA MAPA Nº 895, DE 25 DE MARÇO DE 2026</u></b>  Publica os preços mínimos para café, laranja, sisal, trigo em grãos e semente de trigo da safra 2026/2027.</p>
<p><b>Ministério da Defesa (MD)</b></p>	<p><b>GABINETE DO MINISTRO (GM)</b>  <b><u>PORTARIA GM-MD Nº 1.582, DE 19 DE MARÇO DE 2026</u></b>  Institui, no âmbito do Ministério da Defesa, o Projeto Soldado Cidadão e o Sistema de Reposicionamento Profissional para Militares Temporários das Forças Armadas, cria a sua Comissão Técnica de Governança e institui o Prêmio Melhor Gestão.</p> <p><b>COMANDO DO EXÉRCITO</b>  → <b>Comando Logístico (COLOG)</b>  → → <b>Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados</b>  <b><u>INSTRUÇÃO TÉCNICO-ADMINISTRATIVA (ITA) Nº 32 - DFPC/COLOG, DE 20 DE MARÇO DE 2026</u></b>  Dispõe sobre as características dos equipamentos para visão noturna ou termal classificados como Produtos Controlados pelo Exército e seus critérios de classificação e dá outras providências.</p>
<p><b>Ministério da Educação</b></p>	<p><b>GABINETE DO MINISTRO (GM)</b>  <b><u>PORTARIA INTERMINISTERIAL MEC/MMULHERES Nº 2, DE 25 DE MARÇO DE 2026</u></b>  Dispõe sobre a inclusão de conteúdos relativos ao combate à violência contra meninas e mulheres e à prevenção de todas as formas de violência nos currículos da educação básica.</p> <p><b>FUNDAÇÃO COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES</b>  <b><u>PORTARIA CAPES Nº 129, DE 25 DE MARÇO DE 2026</u></b>  Institui o Programa AURORA, destinado ao apoio acadêmico-científico a professoras gestantes ou mães de crianças de até dois anos de idade, vinculadas a programas de pós-graduação stricto sensu recomendados pela CAPES.</p>

<p><b>Ministério da Fazenda</b></p>	<p><b>CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA</b>  <b><u>ATO COTEPE/PMPF Nº 8, DE 25 DE MARÇO DE 2026</u></b>  Altera o Ato COTEPE/PMPF nº 7, de 24 de março de 2026, que divulga o Preço médio ponderado ao consumidor final (PMPF) de combustíveis.</p> <p><b><u>ATO COTEPE/PMPF Nº 7, DE 24 DE MARÇO DE 2026</u></b>  Preço médio ponderado ao consumidor final (PMPF) de combustíveis.</p> <p><b>SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL</b>  <b><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2.318, DE 26 DE MARÇO DE 2026</u></b>  Dispõe sobre o Programa Brasileiro de Operador Econômico Autorizado.</p> <p><b><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2.317, DE 25 DE MARÇO DE 2026</u></b>  Altera a Instrução Normativa RFB nº 2.295, de 3 de dezembro de 2025, que dispõe sobre o Programa de Conformidade Cooperativa Fiscal da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil - Confia.</p> <p><b><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2.316, DE 25 DE MARÇO DE 2026</u></b>  Dispõe sobre o Programa de Estímulo à Conformidade Tributária (Sintonia), de que trata a <a href="#">Lei Complementar nº 225, de 8 de janeiro de 2026</a>, e revoga a Portaria RFB nº 511, de 19 de fevereiro de 2025.</p> <p><b><u>PORTARIA CONJUNTA RFB/PGFN/MF Nº 6, DE 26 DE MARÇO DE 2026</u></b>  Dispõe sobre a qualificação e tratamento, no âmbito da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, do devedor contumaz de que trata a <a href="#">Lei Complementar nº 225, de 8 de janeiro de 2026</a>.</p> <p><b><u>PORTARIA RFB Nº 666, DE 23 DE MARÇO DE 2026</u></b>  Altera a Portaria RFB nº 409, de 12 de abril de 2024, que disciplina a concessão de adicionais pelo exercício de atividades insalubres, perigosas ou penosas a que se refere o inciso IV do art. 61, da <a href="#">Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990</a>, no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.</p>
<p><b>Ministério da Justiça e Segurança Pública</b></p>	<p><b>GABINETE DO MINISTRO (GM)</b>  <b><u>PORTARIA MJSP Nº 1.181, DE 20 DE MARÇO DE 2026</u></b>  Institui, no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Força-Tarefa para monitoramento e fiscalização do mercado de combustíveis.</p> <p><b>SECRETARIA NACIONAL DO CONSUMIDOR</b>  <b><u>PORTARIA Nº 61, DE 24 DE MARÇO DE 2026</u></b>  Estabelece regras de transparência quanto à composição e à destinação de preços em plataformas digitais de intermediação de</p>

	<p>serviços de transporte individual de passageiros e de coleta e entrega de bens.</p>
<p><b>Ministério da Previdência Social</b></p>	<p><b>GABINETE DO MINISTRO (GM)</b>  <b><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA PRES/INSS Nº 202, DE 25 DE MARÇO DE 2026</u></b>          Altera a Instrução Normativa PRES/INSS nº 186, de 12 de maio de 2025, que estabelece fluxo de consulta, contestação e restituição por entidades associativas e sindicais de descontos indevidos de mensalidades associativas.</p> <p><b><u>PORTARIA CONJUNTA MPS/INSS Nº 15, DE 23 DE MARÇO DE 2026</u></b>          Disciplina a análise documental nos requerimentos do benefício de auxílio-acidente, previsto no art. 86 da <a href="#">Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991</a>.</p> <p><b><u>PORTARIA CONJUNTA MPS/INSS Nº 14, DE 23 DE MARÇO DE 2026</u></b>          Autoriza, em caráter excepcional e transitório, a ampliação do prazo máximo de duração do auxílio por incapacidade temporária concedido por meio de análise documental.</p> <p><b><u>PORTARIA CONJUNTA MPS/INSS Nº 13, DE 23 DE MARÇO DE 2026</u></b>          Disciplina a execução do exame médico-pericial por meio de análise documental para o benefício de auxílio por incapacidade temporária, conforme estabelecido no art. 60, § 11-A, da <a href="#">Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991</a>.</p>
<p><b>Ministério da Saúde</b></p>	<p><b>AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA)</b>          → <b>Diretoria Colegiada (DC)</b>  <b><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA ANVISA Nº 430, DE 24 DE MARÇO DE 2026</u></b>          Altera a Instrução Normativa nº 106, de 11 de novembro de 2021, que estabelece a Lista de Medicamentos de Baixo Risco sujeitos à notificação.</p> <p><b><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA ANVISA Nº 429, DE 23 DE MARÇO DE 2026</u></b>          Dispõe sobre a atualização da composição das vacinas Covid-19 a serem utilizadas no Brasil.</p> <p>→ <b>4ª Diretoria</b>          → → Gerência-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária  <b><u>RESOLUÇÃO-RE Nº 1.167, DE 25 DE MARÇO DE 2026</u></b>          (...)  <b>Art. 1º</b> Adotar a medida preventiva constante no ANEXO.          (...)</p> <p><b>SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE</b>  <b><u>PORTARIA SAES/MS Nº 3.958, DE 20 DE MARÇO DE 2026</u></b>          Altera atributo complementar dos procedimentos integrantes do Componente Ambulatorial do Programa Agora Tem Especialistas,</p>

	<p>na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS.</p> <p><b><u>PORTARIA SAES/MS Nº 3.908, DE 11 DE MARÇO DE 2026</u></b> Inclui procedimento na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde - SUS.</p> <p><b>SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO EM SAÚDE</b> <b><u>PORTARIA SCTIE/MS Nº 18, DE 20 DE MARÇO DE 2026</u></b> Torna pública a decisão de incorporar, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, a dimeticona 92% para o tratamento da tungíase. Ref.: 25000.127948/2024-18.</p>
<p><b>Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome</b></p>	<p><b>GABINETE DO MINISTRO (GM)</b> <b><u>PORTARIA MDS Nº 1.172, 20 DE MARÇO DE 2026</u></b> Dispõe sobre os parâmetros e procedimentos para o cofinanciamento federal do Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e Emergências no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.</p> <p><b><u>PORTARIA MDS Nº 1.170, 23 DE MARÇO DE 2026</u></b> Aprova o Plano de Ação da Rede Federal de Fiscalização do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico, para implementação das ações referentes ao ano de 2026.</p>
<p><b>Ministério do Planejamento e Orçamento</b></p>	<p><b>GABINETE DA MINISTRA (GM)</b> <b><u>PORTARIA GM/MPO Nº 95, DE 25 DE MARÇO DE 2026</u></b> Reabre, em favor do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, crédito extraordinário, no valor de R\$ 1.770.581,00, aberto pela <a href="#">Medida Provisória nº 1.325, de 24 de novembro de 2025</a>.</p> <p><b><u>PORTARIA GM/MPO Nº 88, DE 23 DE MARÇO DE 2026</u></b> Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Educação, da Saúde e da Defesa, crédito suplementar no valor de R\$ 13.650.886,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.</p> <p><b><u>PORTARIA GM/MPO Nº 83, DE 20 DE MARÇO DE 2026</u></b> Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Educação, crédito suplementar no valor de R\$ 65.556.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.</p>
<p><b>Banco Central do Brasil (BCB)</b></p>	<p><b>ÁREA DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS E DE GESTÃO DE RISCO CORPORATIVO</b> → Departamento de Assuntos Internacionais <b><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA BCB Nº 717, DE 24 DE MARÇO DE 2026</u></b> (...)</p>

	<p><b>Art. 1º</b> As transferências de valores destinadas a contas de Organismos Internacionais mantidas no Banco Central do Brasil observarão o disposto nesta Instrução Normativa. (...)</p>
<p><b>Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais</b></p>	<p><b>CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM (COFEN)</b> <b><u>RESOLUÇÃO COFEN Nº 805, DE 24 DE MARÇO DE 2026</u></b> Estabelece diretrizes para a atuação dos Profissionais de Enfermagem no âmbito das instituições de ensino públicas e privadas que disponibilizem assistência à saúde, definindo competências, atribuições e responsabilidades dos profissionais de Enfermagem.</p>
<p><b>SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO</b></p>	
<p><b>PUBLICAÇÃO DOE-SP</b></p>	<p><b>LEGISLAÇÃO SUPERIOR</b></p>
<p><b>27/03/2026</b></p>	<p><b><u>LEI Nº 18.436, DE 25 DE MARÇO DE 2026</u></b> Altera a <a href="#">Lei nº 17.383, de 5 de julho de 2021</a>, que dispõe sobre a criação de unidades regionais de saneamento básico, com fundamento nos artigos 2º, inciso XIV, e 3º, inciso VI, alínea "b", da <a href="#">Lei federal nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007</a>, e dá providências correlatas.</p> <p><b><u>DECRETO Nº 70.492, DE 26 DE MARÇO DE 2026</u></b> Dispõe sobre a concessão da Medalha de "Mérito Fazendário Professor Antonio Delfim Netto" referente ao ano de 2025.</p> <p><b><u>DECRETO Nº 70.483, DE 25 DE MARÇO DE 2026</u></b> Dispõe sobre a concessão de abono complementar aos servidores, na forma que especifica, em cumprimento ao estabelecido na <a href="#">Lei federal nº 11.738, de 16 de julho de 2008</a>.</p>
<p><b>25/03/2026</b></p>	<p><b><u>DECRETO Nº 70.482, DE 24 DE MARÇO DE 2026</u></b> Fixa valor anual máximo para pagamento da Bonificação por Resultados - BR da Secretaria da Segurança Pública relativa ao exercício de 2025.</p>
<p><b>SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO</b></p>	<p><b>MARGINÁLIA ESTADUAL</b></p>
<p><b>Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA)</b></p>	<p><b>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS)</b> <b><u>RESOLUÇÃO SAA Nº 16, DE 23 DE MARÇO DE 2026</u></b> Estabelece medidas de defesa sanitária aquícola voltadas à preservação do status sanitário do Estado de São Paulo em relação ao Tilapia Lake Virus (TiLV), disciplinando o controle sanitário sobre</p>

	<p>o ingresso, trânsito e comercialização de tilápia proveniente de países com ocorrência da enfermidade.</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO SAA Nº 15, DE 23 DE MARÇO DE 2026</u></b> Reordena as Resoluções desta Secretaria e dá outras providências.</p>
<b>Casa Civil (CC)</b>	<p><b>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS)</b> <b><u>DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO INTERSECRETARIAL DA BONIFICAÇÃO POR RESULTADOS - BR DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA Nº 1</u></b> Define os indicadores globais, seus pesos, linhas de base e metas, critérios de apuração e avaliação, da periodicidade de avaliação e de pagamento, relativos à proposta de Bonificação por Resultados – BR da Secretaria da Segurança Pública para o exercício de 2025, e dá providências correlatas.</p>
<b>Controladoria Geral do Estado (CGE)</b>	<p><b>GABINETE DO CONTROLADOR GERAL DO ESTADO</b> <b><u>RESOLUÇÃO CGE Nº 09, DE 20 DE MARÇO DE 2026</u></b> Dispõe sobre o processo de acreditação das unidades setoriais do Sistema de Ética e Responsabilização Paulista - SER Paulista.</p>
<b>Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE)</b>	<p><b>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS)</b> <b><u>DELIBERAÇÃO CETER Nº 40, DE 17 DE MARÇO DE 2026</u></b> Aprova o Plano de Ações e Serviços - PAS, do bloco de serviços de gestão e manutenção da rede de atendimento do Sistema Nacional de Emprego – Sine, referente ao exercício 2026 - Aditivação do PAS 2023, proposto pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo.</p>
<b>Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDS)</b>	<p><b>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS)</b> <b><u>PORTARIA CIB/SP Nº04, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2026</u></b> Repactua o prazo para manutenção do Sistema PMASweb aberto para registro das informações referentes aos Planos Municipais de Assistência Social do Estado de São Paulo.</p>
<b>Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (SDUH)</b>	<p><b>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS)</b> <b><u>RESOLUÇÃO SDUH Nº 21, DE 24 DE MARÇO DE 2026</u></b> Aprova o detalhamento da Estrutura Organizacional da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação – SDUH.</p>
<b>Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SEDPcD)</b>	<p><b>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS)</b> <b><u>RESOLUÇÃO Nº 12, DE 26 DE MARÇO DE 2026</u></b> Dispõe sobre a regulamentação da outorga do Selo "Amigo da Pessoa com TEA", no âmbito do Estado de São Paulo, e dá outras providências.</p>

<p><b>Secretaria da Educação (SEDUC)</b></p>	<p><b>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS)</b>  <b><u>RESOLUÇÃO SEDUC Nº 38, DE 23 DE MARÇO DE 2026</u></b>  Estabelece diretrizes e procedimentos para o reconhecimento de aprendizagens, competências e habilidades desenvolvidas pelos estudantes em experiências extraescolares na etapa do Ensino Médio ofertado nas escolas do Programa Ensino Integral da Rede Estadual de Ensino de São Paulo</p>
<p><b>Secretaria da Fazenda e Planejamento (SFP)</b></p>	<p><b>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS)</b>  <b><u>PORTARIA SRE 12, DE 24 DE MARÇO DE 2026</u></b>  Estabelece a base de cálculo do imposto na saída de produtos da indústria alimentícia, a que se refere o artigo 313-X do Regulamento do ICMS.</p> <p><b><u>DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO INTERSECRETARIAL DA BONIFICAÇÃO POR RESULTADOS - BR DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA Nº 1</u></b>  Define os indicadores globais, seus pesos, linhas de base e metas, critérios de apuração e avaliação, da periodicidade de avaliação e de pagamento, relativos à proposta de Bonificação por Resultados – BR da Secretaria da Segurança Pública para o exercício de 2025, e dá providências correlatas.</p>
<p><b>Secretaria de Gestão e Governo Digital (SGGD)</b></p>	<p><b>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS)</b>  <b><u>DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO INTERSECRETARIAL DA BONIFICAÇÃO POR RESULTADOS - BR DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA Nº 1</u></b>  Define os indicadores globais, seus pesos, linhas de base e metas, critérios de apuração e avaliação, da periodicidade de avaliação e de pagamento, relativos à proposta de Bonificação por Resultados – BR da Secretaria da Segurança Pública para o exercício de 2025, e dá providências correlatas.</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO SGGD Nº 09, DE 19-03-2026</u></b>  Dispõe sobre o cadastramento anual obrigatório dos servidores, empregados públicos e militares da Administração Pública estadual direta, autárquica e fundacional, e disciplina os respectivos procedimentos.</p>
<p><b>Secretaria de Políticas para a Mulher (SPM)</b></p>	<p><b>GABINETE DA SECRETÁRIA (GS)</b>  <b><u>RESOLUÇÃO Nº 10, DE 20 DE MARÇO DE 2026</u></b>  Formaliza as alterações na classificação dos CCESP e FCESP no Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Secretaria de Políticas para a Mulher, constante do Anexo II do Decreto do <a href="#">Decreto nº 69.430, de 20 de março de 2025</a>, nos termos do § 2º do artigo 20 do <a href="#">Decreto nº 68.742/2024</a>.</p>
<p><b>Procuradoria Geral do Estado (PGE)</b></p>	<p><b>GABINETE DA PROCURADORA GERAL (GPG)</b>  <b><u>RESOLUÇÃO PGE Nº 15, DE 24 DE MARÇO DE 2026</u></b>  Disciplina os procedimentos para acordos com credores de precatórios, nos casos de antecipação de pagamento mediante desconto, previstos na <a href="#">Emenda Constitucional no 94/2016</a> e</p>

	<p>posteriores, com as modificações feitas pela <a href="#">Emenda Constitucional no 136/2025</a>, cuja regulamentação se deu pelo <a href="#">Decreto no 70.432, de 10 de março 2026</a>, e de reserva de créditos para a compensação com débitos, tributários ou não, inscritos na dívida ativa do Estado, tanto nos casos previstos no regime de precatórios da Constituição Federal, quanto nos de transação tributária, da <a href="#">Lei no 17.843, de 7 de novembro de 2023</a>.</p>
<b>Secretaria da Saúde (SS)</b>	<p><b>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS)</b>  <b><u>RESOLUÇÃO SS Nº 55, DE 24 DE MARÇO DE 2026</u></b>  Dispõe sobre o repasse de valores financeiros, do Fundo Estadual de Saúde - FUNDES, para os Fundos Municipais de Saúde, conforme complementação estabelecida através da Tabela SUS Paulista, aos prestadores de serviço conveniados ou contratados pelo SUS/SP, sob Gestão Municipal.</p>
<b>Secretaria dos Transportes Metropolitanos (STM)</b>	<p><b>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS)</b>  <b><u>RESOLUÇÃO STM Nº 04, DE 25 DE MARÇO DE 2026</u></b>  Dispõe sobre o detalhamento da Estrutura Organizacional da Secretaria dos Transportes Metropolitanos.</p>
<b>Defensoria Pública do Estado (DPE)</b>	<p><b>DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO (DPG)</b>  <b><u>ATO DA DEFENSORA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO EM EXERCÍCIO, DE 24 DE MARÇO DE 2026</u></b>  Regulamenta o Projeto de Inspeções nas unidades prisionais em dias de visita, consolida a metodologia institucional dessas inspeções e estabelece outras providências.</p> <p><b><u>ATO NORMATIVO DPG Nº 351, DE 24 DE MARÇO DE 2026</u></b>  Regulamenta a concessão de Abono de Permanência no âmbito da Defensoria Pública do Estado, no exercício de 2026, nos termos do art. 28 e §§ da <a href="#">Lei Complementar Estadual nº 1.354, de 06 de março de 2020</a>.</p>
<b>Ministério Público do Estado (MPE)</b>	<p><b>GABINETE DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA (PGJ)</b>  <b><u>RESOLUÇÃO Nº 2.284/2026-PGJ, DE 24 DE MARÇO DE 2026</u></b>  Dispõe sobre a criação do Núcleo de Acompanhamento das Decisões Interamericanas no âmbito do Ministério Público e dá outras providências.</p>
<b>Publicação DOE Legislativo</b>	<b>SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO</b>
<b>27/03/2026</b>	<p><b>MENSAGENS DE VETO DO GOVERNADOR</b>  <b><u>VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 693, DE 2024</u></b>  <b><u>MENSAGEM A-Nº 055/2026 DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO</u></b>  São Paulo, 25 de março de 2026.  (...)</p>

	<p>De origem parlamentar, a medida objetiva atribuir a denominação "Sgt. PM José Aparecido de Oliveira" à 3ª Companhia da Polícia Militar do 32º BPM/I, no município de Cândido Mota. (...)</p> <p><b>PROJETOS DE LEI</b></p> <p><b><u>PROJETO DE LEI Nº 272/2026, DE 27/03/2026</u></b> Altera a <a href="#">Lei nº 7.964, de 16 de julho de 1992</a>, que dá nova denominação ao Fundo de Expansão Agropecuária, define seus objetivos, dispõe sobre a aplicação dos seus recursos e dá providências correlatas.</p> <p><b><u>PROJETO DE LEI Nº 271/2026, DE 27/03/2026</u></b> Institui o Programa Olimpíadas do Conhecimento SP, e dá outras providências.</p> <p><b><u>PROJETO DE LEI Nº 270/2026, DE 27/03/2026V</u></b> Determina a implantação de dispositivos de segurança para a fixação de placas de identificação e ou matrículas de veículos no estado de São Paulo.</p> <p><b><u>PROJETO DE LEI Nº 269/2026, DE 27/03/2026</u></b> Altera a <a href="#">Lei nº 13.296, de 23 de dezembro de 2008</a>, para assegurar isenção do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA aos veículos empregados como carros funerários ou mortuários.</p> <p><b><u>PROJETO DE LEI Nº 268/2026, DE 27/03/2026</u></b> Dispõe sobre a garantia de continuidade da isenção do IPVA para veículos utilizados como táxi em processo de transferência de titularidade entre profissionais da categoria e dá outras providências.</p> <p><b><u>PROJETO DE LEI Nº 267/2026, DE 27/03/2026</u></b> Dispõe sobre a inclusão de animais domésticos e de estimação nas medidas protetivas de urgência aplicadas em casos de violência doméstica e familiar, no âmbito do Estado de São Paulo, e dá outras providências.</p>
<p><b>26/03/2026</b></p>	<p><b>PROJETOS DE LEI</b></p> <p><b><u>PROJETO DE LEI Nº 265/2026, DE 26/03/2026</u></b> Institui a Política de Educação Continuada em Prevenção à Violência de Gênero para os servidores públicos da administração direta e indireta do Estado de São Paulo, estabelece critérios de mérito para progressão funcional, e dá outras providências.</p> <p><b><u>PROJETO DE LEI Nº 264/2026, DE 26/03/2026</u></b> Institui a Política Estadual de Prevenção e Enfrentamento à Violência Política de Gênero e Raça, inclusive em meios digitais, e dá outras providências.</p> <p><b><u>PROJETO DE LEI Nº 263/2026, DE 26/03/2026</u></b> Institui a Política Estadual Integrada de Acesso à Justiça, Avaliação de Risco, Proteção Digital e Atendimento Humanizado às Mulheres em Situação de Violência, no âmbito do Estado de São Paulo, e dá outras providências.</p>

	<p><b><u>PROJETO DE LEI Nº 262/2026, DE 26/03/2026</u></b> Torna obrigatória a implantação de totens de segurança em frente às escolas estaduais, e dá outras providências.</p> <p><b><u>PROJETO DE LEI Nº 261/2026, DE 26/03/2026</u></b> Autoriza o Poder Executivo a instituir e implementar jardins sensoriais em espaços públicos no Estado de São Paulo, com a finalidade de promover o desenvolvimento sensorial, cognitivo e emocional de crianças, especialmente aquelas com transtornos do desenvolvimento.</p> <p><b><u>PROJETO DE LEI Nº 260/2026, DE 26/03/2026</u></b> Proíbe o uso de criança e adolescente para fins de mendicância</p> <p><b><u>PROJETO DE LEI Nº 259/2026, DE 26/03/2026</u></b> Autoriza o Governo do Estado a criar Auxílio Emergencial aos servidores que especifica, durante o período em que perdurar a ausência de aulas atribuídas ou a ausência de contratação, especialmente em virtude de avaliação, e dá outras providências."</p>
<p><b>25/03/2026</b></p>	<p><b>PROJETOS DE LEI</b> <b><u>PROJETO DE LEI Nº 256/2026, DE 25/03/2026</u></b> Institui diretrizes para as ações de promoção da saúde mental e prevenção ao suicídio no Estado de São Paulo.</p> <p><b><u>PROJETO DE LEI Nº 255/2026, DE 25/03/2026</u></b> Institui o Programa Botão de Pânico no Transporte no Estado de São Paulo e dá providências correlatas.</p>
<p><b>24/03/2026</b></p>	<p><b>PROJETOS DE LEI</b> <b><u>PROJETO DE LEI Nº 253/2026, DE 24/03/2026</u></b> Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de meios que permitam a visualização do interior das salas de atendimento de crianças com deficiência nos estabelecimentos de saúde.</p> <p><b><u>PROJETO DE LEI Nº 252/2026, DE 24/03/2026</u></b> Reconhece o Município de Sertãozinho como Polo Bioenergético no Estado de São Paulo.</p> <p><b><u>PROJETO DE LEI Nº 251/2026, DE 24/03/2026</u></b> Institui o piso salarial para os Conselheiros Tutelares no âmbito do Estado de São Paulo e dá outras providências.</p> <p><b><u>PROJETO DE LEI Nº 250/2026, DE 24/03/2026</u></b> Dispõe sobre critérios para aplicação e dosimetria da multa administrativa prevista no art. 57 da <a href="#">Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990</a>, no âmbito do Estado de São Paulo.</p> <p><b><u>PROJETO DE LEI Nº 249/2026, DE 24/03/2026</u></b> Dispõe sobre a obrigatoriedade de criação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher em todos os municípios do Estado de São Paulo,</p>

<b>23/03/2026</b>	<p><b>PROJETOS DE LEI</b></p> <p><b><u>PROJETO DE LEI Nº 248/2026, DE 23/03/2026</u></b> Autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Estadual "Bolsa Atirador", destinado a jovens matriculados no Tiro de Guerra e em cursos de formação e qualificação no âmbito das Forças Armadas, e dá outras providências.</p> <p><b><u>PROJETO DE LEI Nº 247/2026, DE 23/06/2026</u></b> Reconhece a Carreta de Ogum do Município de São Vicente como Patrimônio Cultural Imaterial e inclui o evento no Calendário Turístico Oficial do Estado de São Paulo</p> <p><b><u>PROJETO DE LEI Nº 246/2026, DE 23/06/2026</u></b> Consolida as Leis relativas às Pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no Estado de São Paulo, e dá outras providências.</p>
-------------------	--

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: <https://www.doe.sp.gov.br/>

**Equipe Responsável pelo Boletim:**

Marcelo Conti  
[mconti@sp.gov.br](mailto:mconti@sp.gov.br)

Fernanda Vieira Cunha Schvanz  
[fschvanz@sp.gov.br](mailto:fschvanz@sp.gov.br)

Márcia Santos de Oliveira  
[msoliveira@sp.gov.br](mailto:msoliveira@sp.gov.br)

**Casa Civil - Estado de São Paulo - Biblioteca Jurídica**

Contato:

(11) 2193-8144

[bibjur@sp.gov.br](mailto:bibjur@sp.gov.br)

**Cancelamento:**

Se não houver interesse em continuar recebendo este informativo, favor acessar o endereço:

<https://support.microsoft.com/pt-br/office/filtrar-lixo-eletr%C3%B4nico-e-spam-no-outlook-na-web-db786e79-54e2-40cc-904f-d89d57b7f41d>